

SÍNTESE 4/XIII/3.^a SL

Aos catorze dias do mês de março de 2018, pelas 11:30 horas, reuniu o Grupo de Trabalho – Supervisão bancária –, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados João Galamba (PS) – Coordenador do GT -, Inês Domingos (PSD), João Paulo Correia (PS) e Cecília Meireles (CDS-PP) tendo como Ordem do Dia:

11.30H

Audição com a Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios.

O Coordenador do GT, Senhor Deputado João Galamba (PS), deu início à reunião agradecendo a presença dos representantes da APFIPP, após o que deu a palavra aos mesmos para uma alocução inicial.

A APFIPP sintetizou o conteúdo do [documento](#) entregue aos membros do GT, tendo facultado também outro [documento](#) com comentários aos projetos de lei em apreciação conjunta com a Proposta de Lei n.º 109/XIII/3.^a (GOV).

A Senhora Deputada Inês Domingos (PSD) considerou essencial ouvir a opinião da APFIPP e concordou com a ideia de que esta transposição não incorreu, em geral, em gold-plating, o que teria sido preocupante. Perguntou à APFIPP que problemas entendem estar associados à regulamentação dos PRIIP's¹ e que preocupações poderão existir com a transferência de supervisão de determinados fundos da Comissão do Mercado de valores Mobiliários (CMVM) para a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) – sustentando que, apesar de parecer razoável não haver dupla supervisão, é necessário que haja meios para que a mesma seja realizada.

Perguntou ainda se as entidades associadas à APFIPP têm sentido dificuldades na implementação das novas regras.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) referiu que tinha questões semelhantes às já colocadas e que as propostas do PS resultaram da avaliação efetuada sobre as conclusões das diversas Comissões Parlamentares de Inquérito sobre esta matéria. Sublinhou que o PS comparará as suas soluções com as da proposta de lei e que, caso conclua que estas são melhores, não insistirão naquelas.

¹ PRIIP's: pacotes de produtos de investimento de retalho e de produtos de investimento com base em seguros

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Grupo de Trabalho – Supervisão bancária

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) notou que o CDS-PP já falou com a APFIPP sobre os projetos de lei que apresentou e recordou que uma das motivações para os mesmos é a proteção do consumidor face ao que correu mal no passado - a comercialização de produtos sem que as pessoas percebessem o que compravam ou situações em que as contas das entidades cujos produtos eram vendidos não eram verdadeiras. Sustentou que o CDS-PP quer defender os consumidores de enganar mas não impedir que quem quer correr riscos o possa fazer. Nesse sentido, perguntou à APFIPP se a proposta de lei é adequada a este objetivo. Questionou ainda se esta forma de supervisão é eficaz e o que poderá, eventualmente, ser melhor articulado.

Os representantes da APFIPP começaram por defender, no que respeita à questão dos problemas nos PRIIP's, que há cálculos e fórmulas disparatadas, que já vêm do Regulamento, acrescentando que a Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados e a Comissão Europeia estão cientes disso.

Relativamente à passagem da supervisão sobre determinados produtos da CMVM para a ASF, referiram que não os preocupa a existência de meios mas sim a coordenação dos mesmos, dando o exemplo de normativos da CMVM que deverão ser substituídos pela ASF, como o [Regulamento n.º 2/2015](#).

Declararam que esta mudança na supervisão (parágrafo anterior) é uma opção do Governo e não resulta da Diretiva.

Afirmaram saber que o objetivo é a defesa dos consumidores, mas notaram que muito do que aconteceu no passado não esteve relacionado com a falta de supervisão, porque era aceite pelos supervisores – sublinharam – que não era esse o seu papel. O paradigma entretanto mudou e defendem que agora se passou para a hiper-regulação.

Consideraram que o atual modelo de supervisão não é o mais eficaz, aditando que não percebem o porquê da divisão de competências.

Informaram que não vêm problemas graves de implementação das novas regras nas suas associadas.

O Senhor Deputado João Galamba, enquanto coordenador do GT, agradeceu novamente a presença da APFIPP e, não tendo sido suscitados outros assuntos, encerrou a reunião pelas 12:40 horas, dela se tendo lavrado a presente síntese.

A gravação da audição pode ser consultada na respetiva [página](#).

Palácio de São Bento, 14 de março de 2018